

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Petrobras perde R\$ 15 bi em valor de mercado	2
Título: Para que a Eletrobras não vire um monstro	4
Título: Eletrobras lança plano de demissão voluntária	6
Título: Agências declaram calote da Venezuela	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Investimento da Eletrobrás vai cair para R\$ 5 bi este ano	8
Título: Petrobrás perde US\$ 12,5 bi com obra do Comperj	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: Obras paradas de Angra 3 custam R\$ 30 mi por mês	10
Título: Lucro decepciona e Petrobras desaba 8%	12
Título: Venezuela entra em processo de calote	13
Título: Brasil poderá perder até US\$ 5 bilhões com calotes de Caracas	15
Título: Governo vai criar fundo privado para financiar pesquisa e inovação	16
VEÍCULO: Correio Braziliense	19
Título: Petrobras desaba e arrasta Bolsa	19

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: João Sorima Neto e Ana Paula Ribeiro****Título: Petrobras perde R\$ 15 bi em valor de mercado**

Ações caem até 8,18% na Bolsa. Pedro Parente espera fechar venda de ativos de R\$ 21 bi até junho de 2018.

Lucro abaixo do esperado e a queda do preço do petróleo no exterior fizeram a Petrobras perder R\$ 15 bilhões em valor de mercado em apenas um pregão. A companhia encerrou ontem com um valor de R\$ 208,2 bilhões, em consequência da queda de 7,75% nas ações preferenciais (PN, sem direito a voto, a R\$ 15,35) e de 8,18% nas ordinárias (ON, com voto, a R\$ 16,05%), as maiores entre os papéis que fazem parte do Ibovespa. O tombo foi motivado pelo balanço da empresa, divulgado na véspera, com lucro de R\$ 266 milhões — bem abaixo dos R\$ 2,7 bilhões projetados por analistas.

Ainda assim, a Petrobras mantém um valor de mercado próximo ao que tinha quando do início da Operação Lava-Jato, em 2014. Na época em que começou a ser desvendado o esquema de corrupção de políticos e diretores da estatal, a empresa era avaliada em R\$ 214 bilhões. Em setembro do ano seguinte, a soma de suas ações equivalia a R\$ 93,1 bilhões, recuando a R\$ 67,6 bilhões em fevereiro de 2016, segundo a consultoria Economática.

DEMANDA POR IPO DA BR DISTRIBUIDORA

Esse fator contribui para o otimismo do presidente da estatal, Pedro Parente. Em entrevista ontem à agência Bloomberg News, em Nova York, ele disse esperar assinar, nos próximos oito meses, acordos para a venda de ativos no total de US\$ 21 bilhões. Parente quer acelerar esses acordos para não ser afetado pelas eleições presidenciais, em outubro de 2018. — Um ano eleitoral é mais difícil para uma empresa estatal — afirmou. — Acredito que o melhor seria fechar antes do fim do primeiro semestre. Estou falando de assinar, não de fechar a venda.

Parente acredita haver uma demanda significativa pela abertura de capital da BR Distribuidora. — Adoraríamos fazer isso este ano — disse o presidente da Petrobras, ressaltando que a empresa tem um portfólio de US\$ 40 bilhões em ativos que podem ser vendidos.

Segundo Parente, a abertura de capital (IPO, na sigla em inglês) da BR poderia ultrapassar o valor obtido pela subsidiária brasileira do Carrefour. Ocorrido em julho, o IPO levantou R\$ 5,125 bilhões. Outros ativos importantes que a Petrobras pode vender são suas operações na África e sua participação na petroquímica Braskem.

Parente disse ainda que o governo trabalha com sete cenários para o acordo da cessão onerosa, cinco dos quais favoráveis à Petrobras. O pior cenário, segundo ele, começa um pouco abaixo de zero, e o melhor renderia à estatal cerca de US\$ 30 bilhões. — Eles (a União) precisam de mais dinheiro que nós e têm mais pressa — disse Parente. — Não assinarei um contrato no qual tenha de pagar algo.

Com relação ao balanço, que decepcionou investidores apesar de ter revertido um prejuízo de R\$ 16,5 bilhões, registrado um ano antes, o analista Pedro Galdi, da corretora Magliano, avalia que eventos não recorrentes, como contingências judiciais e adesão a programas de regularização tributária, que totalizaram cerca de R\$ 3,5 bilhões, tiveram um impacto negativo.

Além da frustração com o resultado, as ações da Petrobras ainda sofreram uma pressão externa. O preço do petróleo sofreu uma forte queda em razão da estimativa de uma menor demanda pela commodity.

A Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês) informou ontem que reduziu sua projeção para a demanda em 2018 em 200 mil barris, para 98,9 milhões de barris diários. O organismo disse acreditar que não há fôlego para manter os preços acima de US\$ 60 o barril. Com isso, a cotação do Brent, referência internacional, perdeu ontem 1,5%, a US\$ 62,21. — Isso muda o humor dos investidores, porque há uma forte correlação entre o preço no exterior e a tarifa de preços no Brasil — afirmou Raphael Figueredo, analista da Eleven Financial.

Apesar do desempenho negativo, analistas acreditam que é positiva a perspectiva para as ações da estatal. Celson Plácido, da XP Investimentos, destacou a redução na alavancagem financeira e o crescimento da receita. "Seguimos otimistas com a Petrobras, principalmente na gestão da companhia, focada na redução do endividamento, venda de ativos e na melhora do retorno da empresa", escreveu o analista.

DÓLAR AVANÇA 0,42%, A R\$ 3,312

Com a derrocada das ações da Petrobras, o Ibovespa, principal índice de ações do mercado brasileiro, fechou em queda de 2,27%, aos 70.826 pontos. Já o dólar comercial subiu 0,42%, a R\$ 3,312, maior cotação desde junho. — O dólar

começou a ganhar força em relação às moedas de emergentes, já que as commodities perderam valor hoje. Além disso, amanhã (hoje) é feriado no Brasil, e os investidores se anteciparam. O cenário político vai continuar fazendo pressão sobre os negócios, porque está todo mundo cético com a reforma da Previdência — afirmou Bernard Gonin, analista da Rio Gestão de Investimentos.

Outro fator que contribuiu para o mau desempenho do Ibovespa foi o comportamento das Bolsas americanas. Em Nova York, o Dow Jones teve queda de 0,13%, enquanto o S&P 500, mais amplo teve desvalorização de 0,23%. A Nasdaq perdeu 0,29%. — Tem um movimento grande de saída de capital estrangeiro nas últimas semanas, e isso impede uma alta do Ibovespa. E tem também a dinâmica do mercado americano, que hoje não é favorável — explicou Figueredo, da Eleven.

Outras ações que têm peso relevante na composição do Ibovespa também fecharam em queda. Os papéis PN de Itaú Unibanco e Bradesco recuaram, respectivamente, 1,91% e 2,12%. No caso da Vale, as ações PN tiveram queda de 2,88%, e as ON perderam 2,95%. Até a JBS, que subiu com força durante boa parte do pregão após divulgar lucro de R\$ 323 milhões no terceiro trimestre, sucumbiu ao fim dos negócios. Os papéis caíram 2,62%, a R\$ 7,79.

Com Bloomberg News

Correção

Diferentemente do publicado ontem, o Ebitda da Petrobras ajustado, referente ao segundo trimestre de 2016 é de R\$ 19,1 bilhões, e não de R\$ 44,348 bilhões. Este último se refere ao acumulado ao primeiro semestre.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: José Luiz Alquéres

Título: Para que a Eletrobras não vire um monstro

O governo anuncia uma criativa proposta de privatização da Eletrobras difícil de explicar sob a perspectiva de um negócio atraente: ficará com 40% da empresa, mas seus votos corresponderão a somente 10%; buscam se compradores como investidores financeiros (não permanentes) que, sabidamente, não são os que pagam mais — em detrimento dos investidores estratégicos. Observo, ainda, que o modelo proposto desvaloriza a empresa quando impõe cláusulas repelidas pelo mercado e pela boa governança, tipo: conservar na mão do governo a presidência do conselho de administração; garantir ao governo um poder de veto para impedir decisões que afetem a sua estratégia; obrigação de

manter as sedes das empresas controladas em Florianópolis, Brasília, Recife e Rio de Janeiro...

Definitivamente, não é um bom começo. Vejamos o que mais virá quando o Congresso vier a debater a proposta. Há um enorme capital intangível na forma da cultura empresarial desenvolvida nas empresas controladas da Eletrobras. Em seus primeiros anos, tais empresas foram geridas pelos melhores quadros técnicos, seguindo uma hierarquia meritocrática, de grande qualificação — o que ainda é possível se ver, apesar da intensa manipulação política dos últimos anos. Bem administradas, poderão se recuperar em pouco tempo. A Chesf, por exemplo, tem uma cultura amparada na singularidade do Rio São Francisco e os múltiplos usos da água. Furnas é bem diferente. Nascida para garantir o suprimento de energia na Região Sudeste, por duas décadas foi presidida por John Cotrim e formou a geração que construiu Itaipu. A Eletronorte, mais recente, construiu Tucuruí, a maior usina 100% brasileira.

Chegou a desenvolver metodologias de trabalho preservacionistas para atuar na complexa Região Amazônica. A Eletrosul foi já privatizada parcialmente nos anos 90. A enorme competência de seus quadros técnicos foi comprovada por quem adquiriu ali participação. A privatização de tais empresas deve respeitar sua integridade e se ver orientada para compradores estratégicos. Deve ser procurado o comprador que veja o real valor da(s) empresa(s), não aquele que compra, arruma superficialmente o balanço, demite milhares sem critério e parte rapidamente. O momento pede que o governo imponha a gestão integrada das bacias hidrográficas e que a Eletrobras conserve suas atribuições constitucionais (aproveitamentos internacionais e termonucleares). Dois outros aspectos são oportunos: primeiro, por imperativo técnico, os sistemas de transmissão devem ser desmembrados em empresas regionais e licitados separadamente.

Vemos que o setor de geração está cada vez mais regionalizado, e isto obriga a uma nova topologia de redes de transmissão. A previsível duplicação do mercado em duas décadas fará com que Itaipu atenda a apenas uns 30% da Região Sul em breve. O segundo aspecto tem a ver com a propalada ideia da corporation, talvez aplicável para as controladas futuramente. São pouquíssimos os bons exemplos de tal estrutura no Brasil de hoje. Partir às pressas para fazer isso na Eletrobras é querer criar uma outra Oi, altamente endividada, ingovernável com grupos se digladiando, fisicamente até, em reuniões de conselho. Que haja juízo e se impeça a existência de uma monstruosa companhia de amplitude nacional na mão de investidores temporários e oportunistas. Não é exagero afirmar que este modelo cria uma instituição com enorme poder e com grande peso na vida econômica e política da sociedade. Fica evidente que esta estrutura representa, por si só, uma ameaça à nossa democracia e merece urgente revisão.

José Luiz Alquéres é conselheiro da Associação Comercial do Rio de Janeiro

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Odonez

Título: Eletrobras lança plano de demissão voluntária

Junto com incentivo à aposentadoria, corte chegará a R\$ 877 milhões.

A Eletrobras lança em dezembro um Plano de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), com a meta de conseguir a adesão de 2.500 empregados até agosto de 2018, afirmou o presidente da estatal, Wilson Ferreira Júnior. O programa — que integra o processo de reestruturação da companhia, que se prepara para ser privatizada no ano que vem — terá início pelas empresas com sede no Rio de Janeiro: Eletrobras, Eletronuclear, Furnas, Cepel e Eletropar. Depois, será estendido a outras cidades, como Recife, Brasília e Florianópolis.

A estimativa é que, somando planos de desligamento de funcionários — esse que será lançado em dezembro e o anterior, de incentivo a aposentadorias — e as privatizações de seis distribuidoras de energia em Norte e Nordeste, o quadro total de funcionários da Eletrobras caia dos atuais 24 mil para 13 mil. O plano de incentivo à aposentadoria, que termina em dezembro, teve a adesão de 2.108 trabalhadores, abaixo da meta de 2.417. A redução de gastos com pessoal chegará R\$ 877 milhões ao ano.

APOORTE NA ELETRONUCLEAR

Em dezembro, a Eletrobras dará início à venda de participações minoritárias em 77 empresas, sendo 60 delas de transmissão e 17 de geração de energia eólica. Estão avaliadas em R\$ 4,6 bilhões. O plano de vendas dessas participações e a modelagem serão apresentados ao Conselho de Administração no dia 24.

A Eletrobras terá ainda de fazer um aporte de recursos na Eletronuclear até o fim deste ano. O repasse será usado pela subsidiária para pagamentos de juros de um empréstimo contraído junto ao BNDES para a construção da usina de Angra 3, com obras suspensas desde 2015. Desde outubro, a Eletronuclear vem pagando ao banco R\$ 30 milhões por mês em juros do empréstimo de R\$ 3,5 bilhões.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Agências declaram calote da Venezuela**

Credores terão direito a exigir pagamento imediato dos títulos

-Nova York- Abalada por uma severa crise econômica, a Venezuela está agora oficialmente em default (calote), após não ter conseguido honrar um vencimento de US\$ 200 milhões em bônus globais. A primeira agência de classificação de risco a rebaixar a nota do país foi a Standard & Poor's (S&P), logo seguida por Moody's e Fitch.

A S&P fez o anúncio poucas horas depois de uma reunião em Caracas entre o governo de Nicolás Maduro e credores internacionais, aos quais não foi apresentado um plano concreto para a renegociação de sua dívida externa, de quase US\$ 150 bilhões. "As sanções dos Estados Unidos sobre a Venezuela e funcionários do governo provavelmente resultarão em uma longa e difícil negociação com proprietários de títulos", afirmou a S&P.

A reunião durou apenas 25 minutos, tendo sido considerada um sucesso pelo governo Nicolás Maduro. Os credores, no entanto, saíram decepcionados.

RESERVAS DE APENAS US\$ 9,7 BI

O vice de Maduro, Tareck El Aissami, prometeu novos encontros para "avaliar propostas", sem estabelecer datas, afirmaram à AFP algumas fontes. Ele declarou ao canal estatal de TV do país que a Venezuela está "blindada") mas acusou o governo de Donald Trump de "fechar caminhos" com as sanções financeiras.

El Aissami assegurou que alguns pagamentos em atraso estão sendo feitos. Ele informou que a estatal petrolífera PDVSA — também considerada em calote — pagou US\$ 2 bilhões nos últimos 15 dias.

A classificação de default pelas agências abre caminho para que os credores se reúnam para demandar o pagamento imediato de seus títulos. Mas, segundo analistas, esse movimento não seria vantajoso, já que é sabido que a Venezuela não tem recursos para pagar tudo de uma vez. — A bola agora está com os credores — disse à Bloomberg Ray Zucaro, diretor de Investimentos da RVX Asset Management, que detém títulos venezuelanos.

Com reservas internacionais de apenas US\$ 9,7 bilhões, a Venezuela deve quitar até o fim do ano pelo menos US\$ 1,47 bilhão. E para 2018 tem obrigações de mais de US\$ 8 bilhões.

Opinião : Causa

CHEGA A ser bizarro o país que rivaliza com a Arábia Saudita em tamanho de reserva de petróleo ficar sem divisas e quebrar. É o que acaba de ocorrer com a Venezuela.

MAS ESTA aparente incongruência tem causa conhecida: nem mesmo o fato de ser uma potência petrolífera salvou o país da debacle causada pelas políticas desastrosas nacional-populistas do "Socialismo do Século XXI" chavista.

COMO PREVISTO, o chavismo inviabilizou a Venezuela de Maduro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna

Título: Investimento da Eletrobrás vai cair para R\$ 5 bi este ano

Em 2016, estatal de energia, que está em reestruturação para ser privatizada, investiu R\$ 8,5 bilhões

O presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Júnior, informou ontem, um dia após a divulgação dos resultados da empresa no terceiro trimestre, que em 2017 o investimento da empresa deverá cair para cerca de R\$ 5 bilhões, em comparação ao resultado de R\$ 8,5 bilhões registrado em 2016. Segundo Ferreira, é normal para uma empresa que está passando por uma reestruturação reduzir os investimentos, o que fez assim que chegou à companhia, há uma ano e dois meses.

Entre as medidas que o executivo está tomando para entregar uma empresa mais enxuta ao mercado, Ferreira destacou que, pela primeira vez, a Eletrobrás vai ter um sistema de gestão integrado nas áreas administrativa, financeira e de recursos humanos.

“Até junho de 2018, toda a Eletrobrás terá o mesmo sistema de gestão”, disse a jornalistas durante coletiva para falar do balanço da companhia no terceiro trimestre, período em que a estatal obteve lucro de R\$ 550 milhões, 37% menos do que no mesmo período de 2016. Segundo o presidente, a Eletrobrás deve começar já em dezembro um processo para a venda de fatias minoritárias em ativos de geração eólica e linhas de transmissão.

A previsão é de que os recursos obtidos com o processo poderão entrar no caixa da companhia no primeiro semestre do ano que vem. Os empreendimentos estão avaliados em R\$ 4,6 bilhões. “Eu diria que a gente vai estar em condições de venda a partir de dezembro, iniciar o processo. Tem de seguir algum direito de preferência, mas deve ser relativamente rápido”, afirmou Ferreira.

“De alguma maneira imagino que vamos ter esses recursos no máximo no primeiro semestre do ano que vem”. Ele disse que com essas vendas deve conseguir abater débitos e assim fechar 2018 com uma relação entre dívida líquida e geração de caixa “abaixo de 3 vezes”, ante 4,1 vezes no fim do terceiro trimestre.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernando Nakagawa

Título: Petrobrás perde US\$ 12,5 bi com obra do Comperj

Para o TCU, prejuízo foi causado por ‘gestão temerária’ das obras de complexo petroquímico.

O Tribunal de Contas da União (TCU) calcula que as obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) geraram prejuízo de US\$ 12,5 bilhões à Petrobrás. A perda foi provocada especialmente por “gestão temerária” dos administradores da estatal que aprovaram o avanço da construção do empreendimento que se mostrou “inviável economicamente”.

Em voto ontem, o ministro Vital do Rêgo disse que a investigação sobre a construção do complexo indicou “ocorrência de gestão temerária do Comperj, caracterizada por decisões desprovidas das cautelas que seriam necessárias ou razoáveis”. Essa gestão permitiu o avanço de um empreendimento “inviável economicamente”, o que resultou em “prejuízo bilionário à Petrobrás”, cita o voto.

A estimativa de perda citada pelo ministro inclui dano de cerca de US\$ 9,5 bilhões decorrentes especificamente da “gestão temerária” dos responsáveis na estatal. A auditoria que chegou ao prejuízo teve como objetivo “avaliar a regularidade da gestão das obras do empreendimento, diante dos significativos incrementos de custo e prazo observados”.

O ministro cita ainda que houve “falta de clareza na divulgação dos custos envolvidos” no empreendimento. O trabalho do TCU aponta três momentos de decisão “não regular” dos responsáveis. O primeiro foi a aprovação, pela

diretoria executiva da Petrobrás, do projeto de Unidade Petroquímica Básica do Comperj sem definição do projeto conceitual.

As obras avançaram mesmo com a análise de risco que indicava probabilidade de fracasso. “O resultado da simulação de risco realizada apontava que a chance de conclusão das unidades de processo no prazo previsto (julho/2013) era de somente 5%”, cita o documento. Outra decisão questionada pelo TCU foi a aprovação da fase III do Projeto Refinaria Trem 1.

O projeto foi transformado em um programa integrado que englobava três fases distintas. Nesse caso, o TCU aponta que não havia estudo mostrando a viabilidade econômica do programa integrado, além de parte desse projeto só contar, na época, com estudos em maturação. Vital do Rêgo aponta para a demora da Petrobrás em reavaliar o projeto para tentar corrigir o erro.

O voto do ministro cita “demora para o início da reavaliação do projeto, mesmo diante da evidente existência das condições desfavoráveis”. O voto do ministro sugere inabilitação dos responsáveis para exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública. Além disso, Vita do Rêgo sugere “a indisponibilidade, cautelar, de seus bens relacionados, visando assim garantir a máxima eficácia de eventual decisão de mérito que os condene em débito”.

Ressarcimento.

A Petrobrás reafirmou em nota que “é vítima” no processo de construção do Comperj. Diante da perda, a estatal promete buscar “ressarcimentos na esfera civil”. A empresa diz que adotou novas medidas da governança e conformidade em 2015, como “a revisão das normas e procedimentos para a gestão de projetos de investimento e contratação de bens e serviços”.

“As regras atuais vedam a aprovação de investimentos por um único gestor e exigem a análise prévia dessas propostas por um comitê técnico em que os participantes respondem pessoalmente pelas recomendações feitas à diretoria”, explica a Petrobrás.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA

Título: Obras paradas de Angra 3 custam R\$ 30 mi por mês

Conta referente a um financiamento contraído em 2010 no BNDES tem sido paga pela Eletrobras desde outubro

Despesa do projeto, suspenso por causa da Lava Jato, vinha sendo sustentada por outro estatal, a Eletronuclear

Com as obras paradas desde 2015, a usina nuclear de Angra 3 passou a dar em outubro um prejuízo adicional de R\$ 30 milhões à Eletrobras. O valor refere-se a parcelas de um financiamento tomado em 2010 com o BNDES para a construção do projeto, investigado pela Operação Lava Jato.

As prestações são pagas pela Eletronuclear, estatal que gere o parque nuclear brasileiro, mas, com o atraso nas obras, acabam virando responsabilidade da Eletrobras, disse nesta terça (14) o presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr. "É um problema para a Eletrobras. Com apenas Angra 1 e 2, a Eletronuclear não gera recursos suficientes para pagar isso", afirmou o executivo. Até o fim do ano, a empresa terá que fazer um aporte de capital em sua subsidiária para cobrir o rombo das primeiras parcelas.

As parcelas são referentes a um financiamento de R\$ 6,1 bilhões, dos quais R\$ 2,5 bilhões já foram sacados. Não há hoje expectativa de conclusão das obras. Ferreira Jr diz que é necessário rever o modelo de financiamento do projeto, que contava com 8% de capital próprio e 92% de financiamento. Agora, diz ele, a parcela de dinheiro própria terá que subir para entre 30% e 40%. Assim, defendeu, é necessária a atração de outro investidor — as obras foram paralisadas quando estavam com 60% de sua execução. O governo já conversou com russos, chineses e franceses, mas diz que o projeto só é viável com aumento na tarifa.

O presidente da Eletrobras diz que uma tarifa viável giraria em torno dos R\$ 400 por megawatt-hora, ante os cerca de R\$ 240 por megawatt-hora hoje contratados. "Ainda é mais barata do que muito do que se paga hoje", diz ele, dizendo que a bandeira tarifária vem pagando térmicas com valores acima de R\$ 600 por megawatt-hora.

VENDA

Em reunião marcada para o próximo dia 24, o conselho de administração da Eletrobras analisará o programa de venda de ativos, que prevê a transferência de 77 participações em empresas de geração e transmissão com valor contábil de R\$ 4,6 bilhões.

O programa faz parte do plano para reduzir o endividamento da companhia proposto por Ferreira Jr, que inclui ainda cortes de empregados, redução de investimentos e reestruturação de participações em outras empresas. A

Eletrobras anunciou na segunda (13) lucro de R\$ 550 milhões no terceiro trimestre de 2017, resultado "muito bom", de acordo com Ferreira Jr.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: DANIELLE BRANT - DE SÃO PAULO

Título: Lucro decepciona e Petrobras desaba 8%

Forte desvalorização das ações da estatal pressionou Bolsa brasileira, que recuou 2,3%

O lucro abaixo do esperado reportado pela Petrobras no terceiro trimestre desapontou o mercado e se refletiu em uma queda de 8% das ações da estatal, que arrastaram a Bolsa brasileira pra terreno negativo nesta terça (14). Os papéis mais negociados da petrolífera caíram 7,75%, para R\$ 15,35. As ações com direito a voto desabaram 8,18%, para R\$ 16,05. Como resultado, o Ibovespa, índice das ações mais negociadas, recuou 2,27%, para 70.826 pontos, no menor nível desde 23 de agosto.

A Petrobras liderou as perdas do Ibovespa. A estatal divulgou, na noite de segunda-feira, lucro de R\$ 266 milhões no terceiro trimestre, bem abaixo do esperado pelo mercado —analistas consultados pela agência internacional Bloomberg estimavam o lucro em R\$ 3,56 bilhões. Segundo a empresa, a diferença se deveu a fatores não recorrentes, como a adesão a programas de regularização tributária e provisão para contingências judiciais, que impactaram o resultado negativamente em R\$ 2 bilhões.

"Com mais um resultado abaixo do esperado pelos agentes do mercado, era esperado que um ajuste pontual no preço da ação se materializasse. Mas, apesar disto, continuamos otimistas com a empresa e sua gestão, que tem mostrado grande grau assertivo desde a crise que se abateu sobre a empresa", afirma, em relatório, Pedro Galdi, analista-chefe da Magliano Corretora.

"A gente avalia que o fato de a empresa estar fazendo os ajustes é positivo. Quando fizer o IPO [oferta pública inicial de ações] da BR Distribuidora, teremos uma melhor relação entre Dívida/Ebitda [lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização]", complementa.

PREVISÕES

Os papéis da estatal também foram afetados pela desvalorização acima de 2% dos preços do petróleo no exterior nesta sessão. Pesaram ainda previsões de aumento da produção nos Estados Unidos e por um cenário menos otimista para o crescimento da demanda pela AIE (Agência Internacional de Energia). Os investidores ainda aguardavam novidades em relação à reforma da Previdência. "O prazo está muito apertado. O Congresso emendou a semana toda. Para o texto ser aprovado e ir ao Senado, faltam poucos dias. Isso gera um movimento de aversão ao risco", diz Galdi.

No exterior, o dólar perdeu força em relação a 18 das 31 principais moedas mundiais, em meio a dúvidas sobre a reforma tributária do americano Donald Trump. No Brasil o movimento foi de valorização da divisa americana. O dólar comercial subiu 0,42%, para R\$ 3,312, maior nível desde 30 de junho. O dólar à vista avançou 0,15%, para R\$ 3,302.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mundo

Autor: YAN BOECHAT - COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, Juan Barreto/AFP

Título: Venezuela entra em processo de calote

País deixa de pagar juros de dívida, e agências estrangeiras de classificação de risco declaram "default seletivo"

Até fim do ano, país tem cerca de US\$ 1,5 bi em vencimentos a honrar; analistas suspeitam de manobra com russos

Depois de anos tentando pagar os juros de sua dívida externa em meio de uma grave crise de desabastecimento de alimentos, remédios e insumos básicos, a Venezuela não conseguiu honrar seus compromissos e iniciou um calote em cascata que pode se transformar em um dos maiores da história do mercado financeiro mundial.

Da noite de segunda (13) à tarde de terça-feira (14), ao menos três agências de risco — Standard & Poors, Moods e Fitch — decretaram um "default seletivo" — calote parcial — nos papéis emitidos pelo país ou por sua principal companhia, a Petroleos de Venezuela (PDVSA). A Associação Internacional de Swaps e Derivativos, a Isda, adiou para esta quinta (16) a decisão de declarar o país em moratória.

Poucos analistas duvidam que a instituição, cuja decisão pode desencadear o pagamento do seguro sobre os papéis da dívida (os Credit Default Swaps ou

CDS), irá considerar que a Venezuela ou a PDVSA se mantenham como bons pagadores. Hoje a Venezuela acumula uma dívida externa que se estima entre US\$ 120 bilhões e US\$ 150 bilhões. O país, no entanto, tem menos de US\$ 10 bilhões em reservas. E a maior parte delas, cerca de 70%, está em ouro. Até o final deste ano a Venezuela precisa pagar em juros e parcelas de sua dívida algo próximo a US\$ 1,5 bilhão e, no próximo ano, precisaria desembolsar outros US\$ 8 bilhões a vencer.

Com sua produção de petróleo caindo ano a ano — em 2017 o país registrou a menor produção das últimas três décadas — e o preço do produto no mercado internacional bem abaixo do que os anos de bonança, dificilmente a Venezuela conseguiria cumprir com seus compromissos sem ajuda externa.

COMBINADO COM RUSSOS

Ainda não está claro se esse é um default estratégico ou se o governo do país simplesmente não sabe o que fazer diante do problema. Para alguns analistas, Maduro estaria forçando os preços dos papéis venezuelanos para recordes mínimos, podendo, assim, recomprá-los e reduzir a pressão sobre seu caixa. Para isso, no entanto, necessitaria de ajuda. A aposta é de que a Rússia possa ser o parceiro por trás deste arriscado plano, obtendo contratos vantajosos de exploração de petróleo e parcerias militares estratégicas em um país a poucas horas de voo dos Estados Unidos.

"Há um temor crescente nos países ocidentais de que a Venezuela se transforme no que foi Cuba nos anos 60 e 70, com a vantagem para os russos de que agora eles podem ter lucros astronômicos no quintal dos EUA", afirma um diplomata europeu que acompanha de perto o desenrolar da crise venezuelana.

A moratória também permitiria que o país ampliasse as exportações de alimentos e remédios, o que daria oxigênio extra para o governo, que, segundo o calendário, deve enfrentar eleições presidenciais no próximo ano. "Hoje uma parcela importante da população venezuelana sobrevive com os alimentos distribuídos pelo Estado", diz o cientista político Luis Henrique Lander, presidente do Observatório Eleitoral Venezuelano.

"Se o governo tiver dinheiro para ampliar essa distribuição, sua vida será muito mais fácil nas eleições do ano que vem, e o eterno risco de uma convulsão social cai sensivelmente", diz ele.

O risco, no entanto, é de que os detentores dos papéis venezuelanos iniciem uma corrida judicial para arrestar bens do país em diferentes partes do mundo, em especial nos Estados Unidos.

Hoje a Venezuela depende de seu principal inimigo ideológico, para quem exporta um terço de sua produção de petróleo e onde mantêm um complexo de refinarias e postos de gasolina em diferentes Estados sob a bandeira da Citgo, subsidiária da PDVSA. Decisões judiciais poderiam suspender as vendas ao país. Há ainda risco de arresto de petroleiros pelo mundo.

Em Caracas, o anuncio de que a Venezuela entrou em default não teve grande repercussão entre a população, mais preocupada com a escalada da inflação que esse ano deve superar os 1000% e com os recordes sucessivos no preço do dólar, que nesta terça beirava os 60 mil bolívares.

Em uma das diversas distribuições de sopa espalhadas por Caracas, a advogada Lucy Pérez tentava apartar uma briga entre dois homens que esperavam comida. "Antes, só moradores de rua vinham comer aqui, mas agora são famílias inteiras, gente que sai do trabalho e não há comida para todos", dizia ela, na sacristia da Basílica Menor Santa Capilla, igreja tradicional de Caracas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mundo

Autor: RAQUEL LANDIM - DE SÃO PAULO

Título: Brasil poderá perder até US\$ 5 bilhões com calotes de Caracas

O prejuízo do Brasil com o calote venezuelano deve aumentar significativamente nos próximos meses. Sob condição de anonimato, técnicos do governo brasileiro disseram à Folha que a perda pode ficar entre US\$ 4 bilhões e US\$ 5 bilhões. O ministério da Fazenda se recusou a informar oficialmente a exposição do Brasil à Venezuela. Uma parte importante dos recursos devidos são créditos à exportação avalizados pelo Tesouro Nacional, por meio do Fundo de Garantia à Exportação.

Ou seja, no caso de calote, o banco aciona o seguro e o dinheiro sai do Orçamento do próprio governo brasileiro. Até agora, os venezuelanos já atrasaram o pagamento de uma parcela de US\$ 262 milhões desses créditos no âmbito do CCR (convênio de pagamentos e créditos recíprocos) — que funciona como uma câmara de compensação entre os bancos centrais de 12 países latino-americanos. A parcela está vencida desde setembro, e o Brasil tentou enviar uma missão a Caracas para negociar, mas o governo de Nicolas Maduro se esquivou e não marcou data para a reunião.

O Brasil então comunicou o calote ao Clube de Paris, que reúne governos credores e do qual faz parte há um ano, para tentar receber o dinheiro de volta em conjunto com outros países.

Segundo técnicos do governo brasileiro, a dívida total da Venezuela com o Brasil no âmbito do CCR chega a pouco mais de US\$ 1 bilhão (R\$ 3,31 bilhões no câmbio desta terça-feira).

Boa parte desses valores são obras das construtoras Odebrecht e Andrade Gutierrez, envolvidas na Lava Jato, na Venezuela, que foram financiadas pelo BNDES.

LULAE CHÁVEZ

Graças a aproximação entre os ex-presidentes 1 Hugo Chávez (1954-2013) e Luiz Inácio Lula da Silva, o BNDES emprestou US\$ 3,2 bilhões para a Venezuela desde 2002. Os dois países chegaram até a anunciar uma parceria — que nunca se concretizou — entre a Petrobras e a PDVSA para a construção da refinaria de Abreu e Lima, em Pernambuco. A estatal brasileira acabou sendo obrigada a tocar a obra sozinha.

Os financiamentos do BNDES continuaram sendo liberados no governo Dilma Rousseff até o início de 2016, quando a Venezuela deixou de depositar as garantias necessárias para operar o CCR por causa da deterioração de sua economia. Depois disso, o Brasil interrompeu a concessão de novos créditos. Além do US\$ 1 bilhão registrado no CCR, os técnicos brasileiros estimam haver entre US\$ 3 bilhões e US\$ 4 bilhões a dívida não paga pela Venezuela a empresas brasileiras.

Nesse cálculo, estão desde importação de alimentos até pagamentos de passagens para as companhias TAM e GOL, que operavam voos regulares para Caracas. Com a dificuldade para receber, as empresas brasileiras abandonaram o mercado venezuelano nos últimos anos, e o comércio bilateral minguou. Em 2008, no auge das trocas entre os dois países, o Brasil exportou US\$ 5,15 bilhões para a Venezuela. De janeiro a outubro deste ano, foram US\$ 388 milhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Ciência

Autor: FERNANDO TADEU MORAES PHILLIPPE WATANABE

Título: Governo vai criar fundo privado para financiar pesquisa e inovação

Os R\$ 2 bilhões previstos por ano virão de empresas dos setores de petróleo, mineração, entre outros

Iniciativa será ligada ao Programa de Excelência de Universidades e Institutos, que está sendo criado pelo MEC

DE SÃO PAULO

O governo federal vai criar um inédito fundo privado com o objetivo de apoiar a pesquisa de alto nível no país e qualificar universidades e institutos nacionais a fim de que alcancem maior projeção e visibilidade internacionais.

O fundo deverá ser lançado oficialmente em dezembro e seus recursos —que podem chegar a R\$ 2 bilhões por ano—, serão oriundos sobretudo de empresas dos setores elétrico, de bioenergia e petróleo, de telecomunicações e de mineração, que têm de investir ou por contrato ou por dispositivos legais cerca de 1% da receita líquida em pesquisa e desenvolvimento.

Como, segundo o modelo atual, essas empresas têm a incumbência de construir projetos e encontrar universidades ou institutos para desenvolvê-los, muitos desses recursos acabam não sendo investidos e se transformam em multas das agências reguladoras ou são transferidos para o tesouro nacional.

A ideia é alimentar o fundo com parte desses recursos, além de oferecer a oportunidade de que outras empresas também contribuam com ele.

Seu formato não será o de um fundo patrimonial —como o do Instituto Serrapilheira, iniciativa privada de apoio a pesquisa—, no qual os rendimentos de uma dotação inicial servem para financiar projetos. A ideia do governo é provê-lo anualmente com os recursos das empresas e distribuí-lo por meio de editais.

A previsão é que ele comece a funcionar em 2018 e distribua recursos a partir de 2019.

"A proposta é muito interessante e, por suas características, traz um novo alento aos pesquisadores brasileiros", diz Sandoval Carneiro Junior, professor emérito da UFRJ e diretor-executivo do Instituto Tecnológico Vale.

Marco Antonio Zago, reitor da USP, também elogia a iniciativa, pois considera que "pode trazer abruptamente uma quantidade considerável de recursos novos para a ciência e tecnologia, num momento de grande aperto".

EXCELÊNCIA

Embora a Capes, agência de fomento ligada ao Ministério da Educação, seja a responsável por estruturar o fundo, ele será independente e contará com administração privada, com a participação de organizações como a Academia Brasileira de Ciências, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a

Confederação Nacional da Indústria, além de órgãos como Capes e CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento).

O fundo será atrelado ao Programa de Excelência de Universidades e Institutos, que está sendo criado pelo MEC. Para evitar a contratação de um grande corpo burocrático, ele utilizará a Capes e o CNPq para executar o programa — que deve durar dez anos— e que conta com as iniciativas: 1) desenvolver e internacionalizar as instituições de ensino superior; 2) dar apoio a grupos de excelência em pesquisa básica e aplicada que possam projetar as universidades brasileiras entre as melhores do mundo; 3) melhorar o relacionamento da academia com o setor privado e com a sociedade, com vistas à inovação.

Este último ponto é crucial, na visão de Carneiro Junior. "Esse modelo pode propiciar uma interação bastante profícua e necessária entre o que pesquisamos na academia e o setor produtivo." Com o caráter privado do fundo, busca-se evitar que a verba seja contingenciada pelo governo federal ou esteja submetido à lei do teto, que limita a aplicação de recursos públicos ao Orçamento do ano anterior mais a inflação.

O reitor da USP rechaça a ideia de que a criação do fundo poderia significar uma privatização da área de ciência e tecnologia —crítica comum a iniciativas desse tipo.

Os órgãos governamentais devem ficar responsáveis pela elaboração dos editais e pela avaliação do uso dos recursos distribuídos.

DIAGNÓSTICO

Dirigentes da Capes vêm apresentando a ideia do fundo e discutindo-a com membros de dentro e de fora da academia há cerca de três meses.

O diagnóstico que embasa a iniciativa é que o Brasil tem crescido nas últimas décadas em produção científica e tecnológica, mas que a qualidade não acompanha essa marcha. Ademais, as universidades não possuem projeção que corresponda à importância da economia nacional.

Por fim, a capacidade de inovação do país vem decaindo em comparação com a de outras nações. No Ranking Global de Inovação, o Brasil despencou da 47ª posição em 2011 para a 69ª em 2017.

O componente fundamental do fundo e do programa de excelência, assim, é aprofundar a internacionalização da pesquisa brasileira, associando-a aos melhores grupos do mundo.

Pesquisa feita pela Elsevier, empresa que é referência na área de ciência e tecnologia, mostrou que 63% dos pesquisadores brasileiros nunca deixaram o país para fazer pesquisa. O impacto (a quantidade de citações) dos artigos desses cientistas é 24% menor do que a média mundial.

Já os artigos dos 28,6% de pesquisadores que regularmente fazem ciência em colaboração com estrangeiros têm, em média, o dobro do impacto da média mundial.

"É claro que é necessário um apoio básico, permanente e distribuído ao qual todos os pesquisadores tenham acesso", afirma Marco Antonio Zago. "Por outro lado, grandes avanços da ciência exigem recursos vultosos e que têm de ser concentrados em algumas iniciativas que tenham mais substância."

QUESTIONAMENTOS

Carlos Américo Pacheco, diretor-presidente da Fapesp, também vê com bons olhos a iniciativa, mas diz que pode haver resistência de agências reguladoras e setores econômicos, inclusive com questionamentos jurídicos sobre a destinação dos recursos. "Essa iniciativa é boa. Ela abre debate sobre alternativas para financiar a pesquisa."

Ele afirma que um dos méritos do projeto é ir além da busca por recursos. "Envolve também solicitar planos para as universidades acerca do que ela pretende fazer na área de internacionalização e pesquisa de qualidade."

Mas a comemoração pelo "dinheiro novo" para a pesquisa nacional, diz Marco Antonio Zago, "não exclui outros movimentos para aumentar o orçamento do CNPq, ou para eventualmente descontingenciar fundos setoriais".

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Alessandra Azevedo

Título: Petrobras desaba e arrasta Bolsa

A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) teve uma forte queda de 2,27% ontem, chegando aos 70.827 pontos, refletindo a queda do preço do petróleo no mercado internacional e os fracos resultados financeiros da Petrobras. Conforme anunciado na noite de segunda-feira, a estatal teve lucro líquido de apenas R\$ 266 milhões no terceiro trimestre, o que fez as ações da companhia desabarem no pregão de ontem. O dólar subiu 0,33%, alcançando R\$ 3,31.

As perdas foram potencializadas com a publicação de um relatório da Agência

Internacional de Energia (AIE) apontando que, em 2017 e 2018, a demanda global de petróleo será inferior à anteriormente prevista. O documento cortou a projeção para o crescimento da procura em 100 mil barris por dia para 2017 e 2018, que passaram a ser de 1,5 milhão e 1,3 milhão, respectivamente. As ações da Petrobras, que já vinham caindo por causa do balanço, despencaram ainda mais, terminando o dia com queda de 8,18% (ordinárias) e 7,75% (preferenciais), o que representou uma perda de R\$ 17 bilhões em valor de mercado para a companhia.

O estrategista-chefe da BullMark, Renan Silva, afirmou que as consecutivas quedas na B3 mostram a “regularização” do mercado, e explicou: “A confiança dos empresários saiu muito na frente da recuperação da economia. As expectativas não se concretizaram e, por isso, a tendência é se ajustar à realidade”. Ele citou a reforma da Previdência Social e outras medidas de ajustes que ainda não passaram no Congresso. **(Colaborou Simone Kafruni)**

MME / ASCOM .